

PRÁTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

PRÁTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

C. V. Loureiro¹, A. Gorayeb²

¹ Departamento de Geografia/Aluna do Programa de Pós graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, carolinevitor@hotmail.com

² Departamento de Geografia/Professora do Programa de Pós graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, gorayeb@ufc.br

RESUMO

Os manguezais, localizados nas áreas estuarinas de zonas tropicais do planeta, apresentam imenso valor ecológico e ambiental e possuem, muitas vezes, estreita relação com a sobrevivência de comunidades tradicionais, porém possuem elevada fragilidade frente às intervenções humanas. Além de serem áreas preferencialmente escolhidas para assentamento humano, os usos distribuídos no litoral como um todo, como a carcinicultura, a produção industrial, o turismo de massa, entre outros, o torna permanentemente ameaçado. Como estratégia para a manutenção de um setor do estuário da Bacia Hidrográfica do Rio Acaraú (BHA), a Comunidade de Curral Velho, localizada no setor oeste do litoral do município de Acaraú, vem desenvolvendo o Turismo de Base Comunitária (TBC). Os princípios apropriados por essa modalidade de turismo propiciam a luta pela propriedade de terra litorânea, onde de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo (CORIOLANO *et al.*, 2009). A Comunidade se vê cercada por atividades que exercem pressão sobre as zonas litorâneas, como a carcinicultura e a instalação de torres eólicas, e tem se apropriado do TBC como mecanismo de fortalecimento de sua autonomia, aproveitando as vocações que cada comunidade possui e utilizando-as de forma compatível com suas limitações. Diante das questões apresentadas, esse estudo, por meio de trabalho de campo de levantamento bibliográfico, traz uma análise dos agentes que exercem impactos sobre a Comunidade em epígrafe e a estratégia de resistência utilizada pela mesma.

Palavras-chaves: Litoral; Manguezal; Turismo comunitário.

ABSTRACT

Mangroves are located at estuarine areas in tropical areas and present immense ecological and environmental value. This ecosystem is often correlated to the traditional communities survival, however shows high fragility with the human intervention. Mangroves are permanently threatened, since is the mainly chosen area for human settlement and it is very used for different commercial proposals such as shrimp farming, industrial production, mass tourism, among others. The Community of Curral Velho, located in the western sector of the municipality of Acaraú coast, has been

PRÁTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

developing the Tourism Community Based (TBC) as a strategy for maintaining the sector of the River Basin Acaraú (BHA) estuary. The principles appropriate for this type of tourism provide the struggle for coastal land ownership, which associatively organize local production arrangements, having effective control of land and economic activities associated with the operation of tourism (CORIOLANO *et al.*, 2009). The community is surrounded by activities that create pressure on the coastal areas, such as shrimp farms and wind towers installations which uses TBC as a mechanism for strengthening the autonomy, taking advantage of the vocations that each community has and using them consistent with its limitations. Our proposal is to investigate, using the literature fieldwork, the agents that exert impacts on the community as well the resistance strategy used by the community.

Keywords: Coastal; Mangover; Community Tourism.

1. INTRODUÇÃO

O litoral e seus recursos naturais representam grande potencialidade para diversos tipos de usos e formas de ocupação. No entanto, tais atividades devem estar associadas à manutenção da dinâmica desse ambiente. Além de serem áreas historicamente consideradas preferenciais para assentamentos humanos (LOTZE *et al.*, 2006) os usos distribuídos nesse ambiente, como a carcinicultura, a produção industrial, o turismo de massa, entre outros, o torna permanentemente ameaçado.

As áreas estuarinas estão inseridas no litoral, em zonas tropicais do globo, possibilitando a formação de manguezais. Segundo Lacerda (2009), manguezais consistem em um elo natural entre ambientes de água doce e marinhos, são ecossistemas florestais espacialmente bem definidos localizados na interface terra – mar e delimitados pelos níveis das marés.

Também é histórico o processo de degradação dessas áreas e, sobretudo dos apicuns que, embora apresentem importância relevante para o ecossistema manguezal, devido suas características relacionadas com áreas de expansão da vegetação de mangue e de produção de nutrientes para uma complexa cadeia alimentar associada (MEIRELES *et al.*, 2007), podem legalmente ser ocupados pela atividade de carcinicultura, com ampara da Resolução nº 02 de 27 de março de 2002 do Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA que considera o apicum parte não integrante do manguezal e, portanto, não podendo ser considerado Área de Preservação Permanente - APP.

No estado do Ceará, percebe-se que tem sido potencializada a transformação

PRÁTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

do litoral, valorizando os megaempreendimentos – parques eólicos, fazendas de camarão, construção de *resorts* - em detrimento das populações nativas. Como estratégia para a manutenção de um setor do estuário da Bacia Hidrográfica do Rio Acaraú (BHA), a Comunidade de Curral Velho, localizado no setor oeste do litoral do município de Acaraú, vem desenvolvendo o Turismo de Base Comunitária (TBC), também conhecido como Turismo Comunitário, como alternativa para a manutenção da preservação dos ambientes que compõem esse litoral. Tal atividade ainda apresenta pouca representatividade diante das atividades econômicas que vêm sendo implantadas na região, como os parques eólicos e a carcinicultura.

O TBC representa, essencialmente, em algumas comunidades litorâneas apropriadas pelo processo de especulação imobiliária, a luta pela propriedade de terra litorânea, onde de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo (CORIOLANO *et al.*, 2009).

Diante de tal problemática, esse estudo busca o levantamento e descrição das atividades desenvolvidas pela Comunidade em epígrafe, sobretudo as ações voltadas para a prática do turismo comunitário, que buscam a manutenção do equilíbrio ambiental do setor de estuário da Bacia Hidrográfica do rio Acaraú (BHA) em que estão assentados.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse trabalho se caracteriza por seu caráter descritivo e discursivo, pois apresenta um estudo de caso acerca das práticas exercidas por uma comunidade específica, e avalia como essas ações estão voltadas para a manutenção da dinâmica ambiental da área onde estão inseridos.

Para se alcançar os objetivos propostos por esse estudo, foi visitada uma comunidade que se desenvolve pautada na lógica da sustentabilidade do ecossistema manguezal e promove um Turismo de Base Comunitária (TBC), a Comunidade de Curral Velho, no município de Acaraú-CE.

Nessa visita foram feitas entrevistas informais com dois representantes da comunidade responsáveis pelo desenvolvimento do TBC, onde se discutiu acerca da relação dos moradores com o manguezal, sua relação com o TBC e os impactos

PRÁTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

provenientes das empresas produtoras de camarão em cativeiro localizadas no entorno. Por meio da visita também se fez um reconhecimento do ecossistema manguezal e das atividades geradoras de impactos ambientais da área.

Para a contextualização, fundamentação e compreensão da temática discutida fez-se um levantamento teórico de conceitos pertinentes para tal, sendo eles: manguezal, apicum e Turismo de Base Comunitária.

A construção desse estudo possibilitou, portanto, uma reflexão sobre como as atividades de Turismo Comunitário podem contribuir como mecanismo para fortalecer a preservação do litoral cearense.

3. REVISÃO TEÓRICA

É na zona tropical do globo, mais precisamente entre as latitudes 30° Norte e 30° Sul, onde ocorrem os manguezais, porém podem variar sua dispersão para maiores ou menores latitudes dependendo da temperatura de água do mar limitada pela isoterma de 20°C, variando entre as estações inverno e verão (SPALDING et al., 1997).

Em estudo realizado por Lacerda (2002) as áreas estuarinas foram apontadas como os ambientes naturais mais impactados na faixa intertropical do globo, sobretudo aqueles em que há presença de manguezais. Tais ambientes apresentam, ainda segundo este autor, a base da cadeia alimentar fundamental às áreas costeiras e funcionam como filtro para essas águas e berçário para peixes e invertebrados.

Para Lacerda (2009), manguezais consistem em um elo natural entre ambientes de água doce e marinhos, são ecossistemas florestais espacialmente bem definidos localizados na interface terra – mar e delimitados pelos níveis das marés.

No entanto, segundo Valiela *et al.* (2001) o manguezal representa um dos ambientes tropicais mais ameaçados do mundo, tendo nas últimas duas décadas perdido pelo menos 35% da sua área, uma perda superior a identificada em outros ambientes ameaçados como as florestas tropicais e os recifes de corais.

O ecossistema manguezal dos estados do nordeste do Brasil encontra-se sujeito a pressões ambientais como a expansão imobiliária e a carcinicultura que utiliza as águas estuarinas como corpo receptor de seus efluentes (MAIA *et al.*, 2006).

Os manguezais são responsáveis por uma função significativa na produção pesqueira na zona costeira, sendo fundamentais para o desenvolvimento de atividades

PRÁTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

socioeconômicas associadas à pesca artesanal e à exploração sustentável dos recursos renováveis costeiros (MAIA *et al*, 2006).

A exploração sustentável inclui atividades como a pesca e a maricultura, e ocorrem em todos os ambientes interligados ao manguezal, incluindo, portanto os apicuns e salgados.

Os apicuns e salgados podem ser compreendidos como áreas usualmente areno-argilosas e argilosas, sem cobertura vegetal ou com vegetação rasteira que ocorre em terrenos em parte mais elevados do que a feição mangue, mas ainda são atingidos por marés de sizígia (MEIRELES *et al*, 2007).

Durante os intervalos em que é exposto à insolação e ao vento, na maré baixa, sobre sua superfície repousa um tapete de microrganismos (algas e bactérias) resguardando a base da cadeia alimentar. A fauna encontra no apicum locais de pouso, alimentação e de reprodução.

As comunidades tradicionais (índios, pescadores, marisqueiras, agricultores) utilizam-no para a mariscagem, a pesca e como vias de acesso para os demais setores do manguezal associados com o extrativismo.

Sobre o processo de implantação de carcinicultura na área, tal atividade se respalda no Código Florestal, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que cita que os apicuns e salgados podem ser utilizados em atividades de carcinicultura e salinas, desde que observados requisitos como área total ocupada em cada Estado, que não pode ser superior a 35%; e salvaguarda da absoluta integridade dos manguezais arbustivos e dos processos ecológicos essenciais a eles associados, bem como da sua produtividade biológica e condição de berçário de recursos pesqueiros.

Incentivar a consciência ambiental e fortalecer o papel da sociedade como corresponsáveis pela fiscalização e controle dos agentes de degradação ambiental pode representar um mecanismo funcional nessa vertente de atuação dos grupos sociais.

Nesse sentido, na contramão do turismo global, comunidades litorâneas que muitas vezes serviram apenas de receptoras desse turismo, passaram a procurar se organizar e descobrir novos caminhos para entrarem nessa cadeia produtiva do turismo (LIMA & CORIOLANO, 2003).

PRÁTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Pautados na lógica da sustentabilidade, preservação e manutenção do meio ambiente, o Turismo de Base Comunitária (TBC), modalidade de turismo datada de meados da década de 1990 (BRASIL, 2010), vem atendendo à essa demanda.

A partir do ano de 1998 por meio de um edital de chamada Pública de Projetos o Ministério do Turismo abriu seleção de projetos de apoio às iniciativas de TBC (LOUREIRO & GORAYEB, 2013). O edital atendia a demandas como: produção associada ao turismo; qualificação profissional; planejamento estratégico e organização comunitária; promoção e comercialização; e fomento às práticas de economia solidária. (BRASIL, 2010). Foi neste edital que a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum)¹ com a ajuda institucional do Instituto Terramar, foi contemplada e recebeu apoio ao seu fortalecimento.

O TBC, além de representar melhoria de renda para o grupo envolvido, proporciona a manutenção e proteção dos ecossistemas litorâneos, pois exerce práticas que valorizam a preservação dos ambientes através de uma lógica sustentável de desenvolvimento.

López-Guzmán, Borges e Castillo-Canalejo (2011) consideram que o Turismo Comunitário se apresenta como uma alternativa aos tradicionais destinos turísticos. Esta modalidade de turismo permite um maior contato com a comunidade e proporciona novas experiências para os vilarejos.

O Ministério do Turismo se refere a indivíduos de uma comunidade que se reúnem para produzir de forma diferenciada, buscando alternativas de sobrevivência econômica por meio da atividade turística, aliada a fatores como a valorização do modo de vida da cultura e/ou a defesa do meio ambiente (BRASIL, 2010).

O TBC também tem auxiliado na manutenção dos componentes geomorfológicos (planície fluvial, campo de dunas, planície litorânea etc.) nos quais se assentam as comunidades receptoras do turismo, por meio das ações de conscientização acerca da preservação da vegetação, fundamental para se evitar os processos erosivos e de assoreamento.

¹ A Rede Tucum é composta por 12 experiências de Turismo Comunitário, sendo dez no litoral (Tatajuba em Camocim, Curral Velho em Acaraú, Caetanos de Cima em Amontada, Flecheiras, Jenipapo-Kanindé em Aquiraz, Batoque em Aquiraz, Prainha do Canto Verde em Beberibe, Assentamento Coqueirinho em Fortim, Ponta Grossa e Tremembé em Icapuí) e duas na capital Fortaleza (LOUREIRO & GORAYEB, 2013).

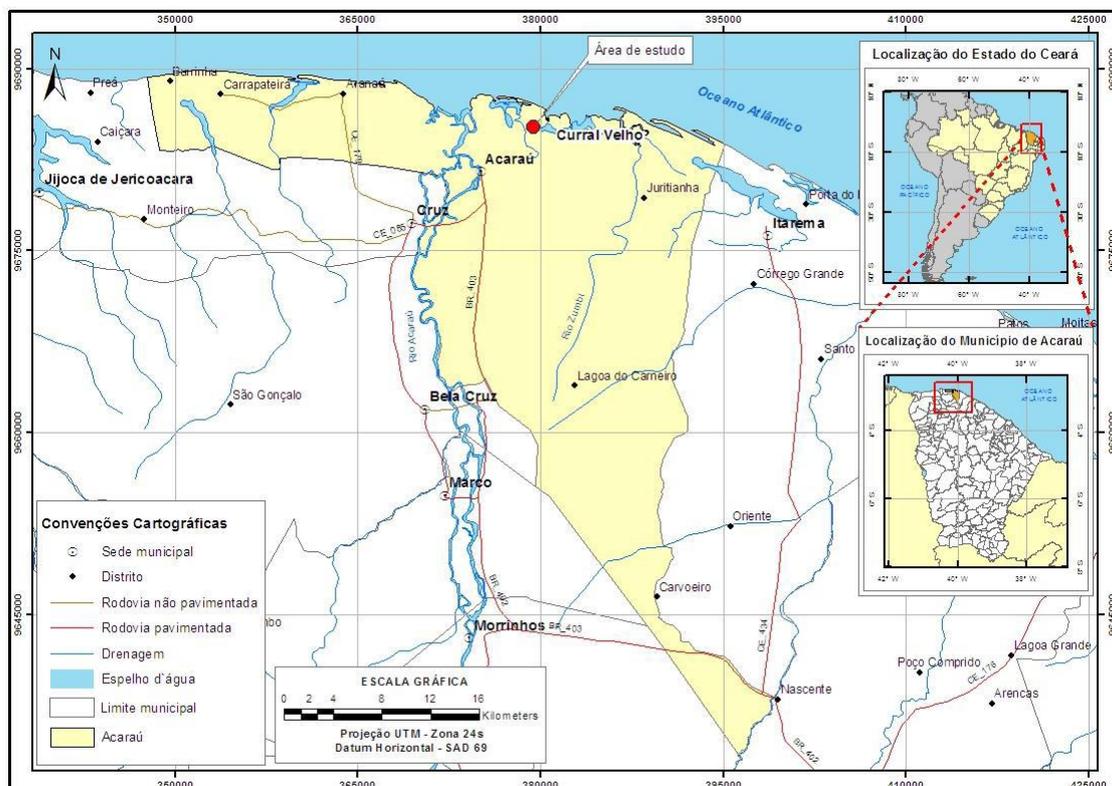
PRÁTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

4. RESULTADOS

A Comunidade de Curral Velho (Figura 1) possui aproximadamente 3000 habitantes e está inserida em uma área de mangue utilizada como local para a realização de atividades de subsistência como a pesca e a mariscagem. É caracterizada como Comunidade Tradicional de pescadores e marisqueiras com estreita relação com os ambientes naturais.

Segundo relatos dos moradores mais antigos a ocupação inicial ocorreu provavelmente no ano de 1902, num local chamado ilha das “Imburanas”, mais próximo à praia que o atual local da Comunidade.

Em Curral Velho são desenvolvidas atividades de pesca e extrativismo de subsistência dos produtos do manguezal, tendo um histórico de lutas em defesa da preservação do ecossistema manguezal, no entanto, a instalação de tanques para a atividade de carcinicultura tem alterado a dinâmica do ecossistema e da comunidade. A comunidade possui uma organização local denominada Grupo de Turismo da Associação de Marisqueiras e Pescadores de Curral Velho (AMPCV).



PRÁTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Figura 1 – Área de estudo. Setor do estuário do rio Acaraú. Fonte dados: IPECE, 2015.

A comunidade de Curral Velho insere-se em uma área potencial em recursos naturais paisagísticos e propícios à exploração marinha e de extrativismo vegetal. Porém, o crescimento da atividade de carcinicultura na região tem alterado esse quadro.

Percebeu-se como atividades que exercem maior pressão sobre o meio ambiente no qual se insere a comunidade, a instalação de tanques para a criação do camarão em cativeiro e a construção de parques eólicos no entorno.

As empresas de carcinicultura existentes na área possuem seus tanques instalados em áreas de apicuns, porém utilizam a água retirada do mangue e despejam os efluentes diretamente no estuário, sem tratamento prévio, o que, segundo os moradores, tem causado a mortandade de espécies do manguezal.

Sobre o processo de implantação de carcinicultura na área, tal atividade se respalda no Código Florestal, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que cita que os apicuns e salgados podem ser utilizados em atividades de carcinicultura e salinas, desde que observados requisitos como área total ocupada em cada Estado não seja superior a 35%; e salvaguarda da absoluta integridade dos manguezais arbustivos e dos processos ecológicos essenciais a eles associados, bem como da sua produtividade biológica e condição de berçário de recursos pesqueiros.

No entanto, os apicuns, como já descrito neste trabalho, apresentam grande importância para a expansão e dinâmica do manguezal – são ambientes interligados - e, sobretudo, para a comunidade que tem dependência desse ecossistema, pois atende ao extrativismo de subsistência praticado por seus moradores.

Curral Velho também tem se mostrado resistente à instalação de parques eólicos, demonstrando esse seu posicionamento nas audiências públicas realizadas no ano de 2013 para a instalação de novos parques na região.

No que se refere a esses empreendimentos, moradores denunciam que são proibidos por trabalhadores dos parques instalados nos arredores da comunidade, de utilizarem a área onde foram instaladas as torres como passagem até o mar, delimitando horas específicas durante o dia para que isso ocorra.

A preservação ambiental trabalhada na comunidade tem consistido não apenas na busca pelo equilíbrio dos ecossistemas existente, mas na manutenção dos moldes tradicionais de vida e da cultura do pescador tradicional.

PRÁTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Na comunidade a preocupação com a manutenção da dinâmica do manguezal e das áreas estuarinas como um todo se dá pela dependência de seus moradores para com estes ambientes, pois a prática da pesca e maricultura faz parte das suas atividades de subsistência.

Diante da problemática apontada, a Comunidade, apoiada pela Rede Tucum, encontrou no Turismo Comunitário uma alternativa para a divulgação da preservação do ambiente, ferramenta para a conscientização de moradores e visitantes, e uma alternativa de renda para os pescadores em períodos de defeso de algumas espécies marinhas e do manguezal.

O Turismo Comunitário surgiu em Curral Velho em 2006 devido a uma queda na atividade pesqueira e à necessidade de pensar novas alternativas de desenvolvimento local para geração de renda e preservação do ecossistema manguezal.

Com apoio de ONGs, organizações locais e movimentos sociais, a AMPCV (Associação de Marisqueiras e Pescadores de Curral Velho) desenvolve ações de educação ambiental envolvendo as crianças, jovens e adultos que moram ou visitam a comunidade, realizando atividades que vem proporcionam o contato com o manguezal local e com as formas de vida que se desenvolvem nesse ecossistema.

O Centro de Educação Ambiental e Turismo Comunitário de Curral Velho (Figura 2), com a possibilidade do desenvolvimento do TBC, passou a exercer novas funcionalidades, funcionando não apenas como local de reuniões, palestras, oficinas e encontros, mas como lugar para hospedagem de turistas e pesquisadores interessados na preservação do ecossistema. E em março do ano de 2012 foram construídos dois chalés para atender a demanda de visitantes no local, primando pela sustentabilidade ambiental, com fossas ecológicas que oferecem um menor impacto ao ambiente. (Figura 3).

PRÁTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL



Figura 2 - Centro de Educação Ambiental e Turismo Comunitário de Curral Velho



Figura 3 – Chalés para hóspedes

O Turismo Comunitário não se desenvolve apenas com a oferta de infraestruturas básicas, mas com roteiros elaborados e desenvolvidos pela própria comunidade, onde o visitante pode ser acompanhado pelos participantes do Centro Comunitário na realização de trilhas ecológicas no manguezal (Figura 4), passeio de barco pelo mar e, também, manguezal, todos com vistas às práticas de Educação Ambiental para os turistas.



Figura 4 - Trilha ecológica das gamboas

A carcinicultura e a construção de parques eólicos são atividades que permanentemente afetam a Comunidade, porém o fortalecimento do TBC vem fortalecendo a luta pela resistência à construção de empreendimentos de capital externo

PRÁTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

na região e, conseqüentemente, auxiliando na preservação dos recursos naturais da zona estuarina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ecossistema manguezal apresenta imenso valor ecológico e ambiental e possui, muitas vezes, estreita relação com a sobrevivência de comunidades tradicionais, porém possuem elevada fragilidade frente às intervenções humanas.

Os principais geradores de impactos sobre os manguezais resultam muitas vezes da pressão exercida pelas atividades relacionadas à expansão da urbanização, as atividades relacionadas à indústria e a exploração do turismo de massa.

Tendo em vista a importância econômica e ambiental que esse ambiente possui para sua comunidade, os moradores de Curral Velho encontraram na prática do TBC um valioso instrumento na luta tanto pela defesa dos ambientes como a manutenção de suas práticas de subsistências relacionadas com esse meio.

Por estarem envolvidos no projeto de turismo comunitário desde sua concepção até a distribuição dos lucros criam-se estratégias para a atividade mais condizentes com a realidade e potencialidades locais.

Práticas como essa devem ser incentivadas e motivadas para o fortalecimento da autonomia de comunidades tradicionais e litorâneas, aproveitando as vocações que cada comunidade possui e utilizando-as de forma compatível com suas limitações.

O Instituto Terramar, juntamente com o Centro Comunitário local, auxiliou na projeção do Turismo de Base Comunitária em Curral Velho, o que tem atraído pesquisadores e defensores dos ecossistemas litorâneos a aprofundarem-se nessa temática e proporcionarem sua divulgação nos meios acadêmicos e sociedade civil como um todo, na luta pela preservação e uso consciente do litoral cearense. E, sobretudo, na busca por uma preservação que mantenha o equilíbrio dos fluxos ambientais dos ecossistemas existentes a fim de fortalecer os modelos tradicionais de sobrevivência da população local, baseada na pesca e no extrativismo vegetal de subsistência.

6. AGRADECIMENTOS

Agradecemos o financiamento do Projeto Pesquisador Visitante Especial (PVE) CAPES/ Ministério da Educação do Brasil, Processo 88881.068108/2014-01.

PRÁTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério do Turismo do Brasil. (2010). **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública.** Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Caderno_MTur_alta_res.pdf> Acesso em: 15 de março de 2016.

_____. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm> Acesso em: 10 jan. 2016.

CEARÁ, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Perfil Básico Municipal de Acaraú – 2015. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2015/Acarau.pdf> Acesso em: 28 de março de 2016.

Resolução COEMA nº 02 de 27 de março de 2002. Dispõe sobre as normas e procedimentos de licenciamento ambiental para a carcinicultura terrestre. Fortaleza, CE. Disponível em: <http://antigo.semace.ce.gov.br/biblioteca/legislacao/conteudo_legislacao.asp?cd=97> Acesso em: 05 de junho, 2013.

CORIOLOANO, L. N. M. T. (Org.) **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: Atores e cenários em mudanças.** Fortaleza: EdUECE, 2009.

LACERDA, L. D. **Mangrove ecosystems.** New York: Springer, 2002.

LIMA, L. C.; CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo e Desenvolvimento Social Sustentável. Fortaleza: EdUECE, 2003.

LÓPEZ-GUZMÁN, T.; BORGES, O.; CASTILLO-CANALEJO, A.M. Desarrollo económico local y turismo comunitario en países en vías de desarrollo: Un estudio de caso. **Revista Omnia**, v. 17, n. 3, 2011, p. 113-130.

LOTZE, H. K.; LENIHAN, H. S.; BOURQUE, B. J.; BRADBURY, R. H.; COOKE, R. G.; KAY, M. C.; KIDWELL, S. M.; KIRBY, M. X.; PETERSON, C. H.; JACKSON, J. B. C. Depletion, Degradation and Recovery Potential of Estuaries and Coastal Seas. **Science**, v. 312, n. 5781, 2006, p. 1806-1809.

LOUREIRO, C. V.; GORAYEB, A. O Turismo comunitário como alternativa para a preservação dos ecossistemas litorâneos: o caso da Comunidade de Curral Velho,

PRÁTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Acaraú-CE-Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, v. 1, n. 1, 2013, p.1-17.

MAIA, L. P.; LACERDA, L. D.; MONTEIRO, L. H. U.; SOUZA, G. M. **Atlas dos Manguezais do Nordeste do Brasil: Avaliação das Áreas de Manguezais dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco**. Fortaleza: SEMACE, 2006.

MEIRELES, A. J. A; CASSOLA, R. S.; TUPINAMBÁ, S. V.; QUEIROZ, L. S. Impactos ambientais decorrentes das atividades da carcinicultura ao longo do litoral cearense, Nordeste do Brasil. **Revista Mercator**, v. 6, n. 12, 2007, p. 83-106.

SPALDING, M.D.; BLASCO, F.; FIELD, C.D. **World Mangrove Atlas**. Okinawa: The International Society for Mangrove Ecosystems, 1997.

VALIELA, I.; BOWEN, J. L.; YORK, J .K. Mangrove forests: One of the world's threatened major tropical environments. **Bioscience**, v. 51, n. 10, 2001, p. 807-815.